



**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIO DE
SERGIPE – FANESE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

EDSON ARAÚJO SANTOS

**AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: observâncias aos
princípios da contabilidade na gestão do negócio**

**Aracaju - SE
2016.2**

EDSON ARAÚJO SANTOS

AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: observâncias aos princípios da contabilidade na gestão do negócio

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof^o. Esp. Cantidiano Novais Dantas

Coordenadora de Curso: Prof^a. Esp. Luciana Matos dos Santos Figueiredo

**Aracaju - SE
2016.2**

EDSON ARAÚJO SANTOS

AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: observâncias aos princípios da contabilidade na gestão do negócio

Artigo apresentado a Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis. Banca examinadora formada por:

Aprovada com média: _____

Profº Esp. Cantidiano Novais Dantas

Professor Avaliador

Professor Avaliador

Edson Araújo Santos

Aracaju (SE), _____ de _____ de 2016.

RESUMO

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte são importantes para a economia. De acordo com o SEBRAE (2014), as MPE representam ao longo desses últimos 30 anos uma importância crescente no país. Em 1985 o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística calculou em 21% a participação dos pequenos negócios do PIB. O SEBRAE contratou a Fundação Getúlio Vargas para que efetuasse uma avaliação utilizando os mesmos critérios anteriores e em 2001 o percentual já alcançava a marca de 23,2% e em 2011 atingiu a 27%. Em relação ao número de empresas MPE, representaram em 2011 98% de empresas de serviços e 99% comerciais, formalizadas. Um dos desafios a serem enfrentados no negócio dessas empresas é a implantação da boa gestão. A concorrência com as grandes empresas, a globalização, a informatização, boas informações para a tomada de decisões, falta de planejamento adequado, as especificidades tributárias, o baixo custo de valor empregado na sua constituição e a pouca experiência dos proprietários são as principais dificuldades das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. A problemática deste estudo está pautada na necessidade dessas empresas atuarem conforme os Princípios da Contabilidade, como instrumento para a boa gestão dos negócios. O objetivo geral deste trabalho consiste em delinear sobre a observância aos Princípios da Contabilidade, por parte das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, como ferramenta auxiliar para a gestão eficaz. Os objetivos específicos são: expor sobre os princípios da contabilidade; apresentar as características e condições para a empresa ser enquadrada como de pequeno porte; salientar sobre as observâncias aos Princípios da Contabilidade pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Atender a tais princípios proporciona confiabilidade dos relatórios do negócio e melhor desenvolvimento da entidade. Corretos relatórios de gestão são instrumentos para tomadas de decisões acertadas. Os estudos evidenciaram a necessidade das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte produzirem informações confiáveis para serem analisadas pelos usuários internos, como também os externos, possibilitando o incremento de recursos financeiros e o aumento de clientela. Para o alcance desses resultados é imprescindível atenderem, integralmente, aos Princípios da Contabilidade.

Palavras-chave: Pequenos Empreendimentos. Princípios Contábeis. Gestão.

SUMÁRIO

RESUMO

1 INTRODUÇÃO	05
2 OS PRINCÍPIOS DA CONTABILIDADE	07
2.1 Características dos Princípios da Contabilidade	07
2.2 Os Seis Princípios da Contabilidade	08
3 AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SEUS ENQUADRAMENTOS NAS NORMAS E CARACTERÍSTICAS	11
3.1 As Condições do Enquadramento Como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	12
3.2 As Características das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte...	13
4 OS PRINCÍPIOS DA CONTABILIDADE E AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	15
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20
ABSTRACT	21

1 INTRODUÇÃO

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte exercem papel relevante na economia de qualquer país. Estas empresas rendem faturamento, empregos e movimentam o mercado. Entretanto, os principais desafios a serem enfrentados no negócio dessas empresas é a implantação da boa gestão. Sabe-se que uma administração eficiente do negócio proporciona condições para reduzir as possibilidades do encerramento das atividades das empresas.

Os números apontam essa relevância proporcionada na economia do país por conta dessas empresas. Estudos realizados pelo SEBRAE (2014) mostram o crescimento das atividades de comércio com 99% e de serviços com 98% setores os quais mencionados no estudo os mais se destacam quando se fala em pequenos negócios.

Para as MPE, especificamente, uma das grandes dificuldades que enfrentam é a concorrência exercida pelas empresas de grande porte. Estudos realizados pelo SEBRAE, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apontam que esse é um dos fatores que provocam o encerramento das atividades das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em pouco tempo de atuação no mercado.

Além da concorrência de mercado, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte enfrentam dificuldades como, por exemplo, a falta de planejamento e adequado acompanhamento relacionado a toda sua movimentação. Outro fator motivador da não continuidade dos negócios dessas empresas é, em geral, a pouca experiência dos proprietários desses empreendimentos, uma vez que, em sua maioria, são pessoas egressas do mercado de trabalho e, por conta própria abrem seus empreendimentos, na maioria das vezes pela força da vontade e sem experiência com o gerenciamento do negócio.

Neste contexto de grande concorrência e competitividade, pode-se afirmar que é importante para as empresas, em especial para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que se faça um bom planejamento das ações de gerenciamento, tudo com base no atendimento aos Princípios da Contabilidade e nos resultados decorrentes dos registros adequados dos fatos patrimoniais,

econômicos e financeiros. É importante que haja o acompanhamento da evolução patrimonial do empreendimento e o auxílio do profissional da contabilidade. É este profissional que irá apresentar as informações sobre o patrimônio e os resultados das operações para que, juntos: administração e contabilidade instrumentalizem-se com dados científicos para balizarem as ações direcionadas para a atividade do negócio

A grande questão deste estudo está pautada na necessidade das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte atuar atendendo aos Princípios da Contabilidade. Esta atuação é fator que contribui para a sua manutenção no mercado. Assim sendo, o objetivo geral deste estudo é explanar sobre a observância dos Princípios da Contabilidade pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Os objetivos específicos são: delinear-se sobre os Princípios da Contabilidade; apresentar as características e condições para a empresa ser enquadrada como de pequeno porte; abordar sobre as observâncias aos Princípios da Contabilidade pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

A necessidade de abordar o tema deu-se em decorrência do volume de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que são abertas e, conseqüentemente, o fechamento destas de forma prematura em muitos casos.

Para a realização desse trabalho, foram realizadas pesquisas em livros, artigos científicos, *sites* de internet e assim colheram-se informações para o desenvolvimento e entendimento do assunto abordado.

2 OS PRINCÍPIOS DA CONTABILIDADE

Os Princípios da Contabilidade são estabelecidos em normas aplicadas quando da prática dos ensinamentos da contabilidade, cuja aplicação proporciona um entendimento uniforme das demonstrações contábeis. Os Princípios da Contabilidade significam as regras em que se assenta toda a estrutura teórica para a escrituração e análise contábil. (ATTIE, 2011; PADOVEZE, 2012).

Tais princípios servem de orientações e padronizações dos conhecimentos contábeis. Caso não existissem cada entidade poderia criar suas próprias normas de contabilidade dificultando o entendimento das informações pelos usuários que se utilizam dessas informações para tomadas de decisões. Portanto, a observância destes princípios proporciona às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte uma maior visão detalhada sobre o desenvolvimento de sua entidade, produzindo informações para tomadas de decisões do gestor.

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte possuem uma característica geral marcante: a administração é efetuada pelo proprietário e, assim, a observância desses princípios lhe trará vantagens quando da necessidade de tomar decisões eficazes ou acertadas.

2.1 Características dos Princípios da Contabilidade

A observância às características dos Princípios da Contabilidade, pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, vai proporcionar uma maior visibilidade por parte dos gestores no correto cumprimento das normas. Uma gestão com qualidade e conhecimento agrega em valor e credibilidade. Portanto, o gerenciamento adequado proporciona às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte visibilidade dentre todos os setores.

Conforme a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC 774-94, os Princípios da Contabilidade não devem se sobrepôr um ao outro, todos estão no mesmo nível de importância, portanto, cada um desses princípios devem se complementar, não havendo assim hierarquização entre eles.

Em tempos de crise as análises quanto as situações das empresas passam por critério rigoroso de suas demonstrações contábeis e das informações nelas registradas. Assim, os usuários externos irão visualizar qual o real momento de determinada empresa no cenário presente. Portanto, as observâncias dos Princípios da Contabilidade devem ser integralmente cumpridas, de tal maneira a gerar a confiabilidade desejada.

2.2 Os Seis Princípios da Contabilidade

A partir de 02.06.2010, os Princípios Fundamentais de Contabilidade, citados na Resolução Conselho Federal de Contabilidade nº 750/1993, passam a denominar-se “Princípios da Contabilidade” por força da Resolução 1.282/2010.

Os princípios são aplicáveis na Contabilidade, no seu sentido mais amplo da ciência social e aplicada, cujo objeto é o Patrimônio das Entidades. Os Princípios da Contabilidade são: Entidade, Continuidade, Competência, Prudência, Oportunidade e Registro pelo Valor Original. A observância a tais princípios proporciona às empresas uma confiabilidade de que os lançamentos efetuados em sua contabilidade estejam dentro das Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, agregando valores à entidade.

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, através da correta observância dos referidos princípios, produzirão relatórios de modo que quando forem analisados pelos usuários externos e internos possam dar segurança na avaliação e conseqüentemente em decisões mais acertadas.

O Princípio da Entidade é entendido como:

Reconhecedor do Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. (ATTIE, 2011 p.173).

Como boa parte das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte possuem gerenciamento familiar, o Princípio da Entidade é facilmente desobedecido e, portanto há uma confusão indevida quando do trato da questão do Patrimônio da empresa e de seus sócios. Entende-se, então, que o Patrimônio dos sócios não deve ser confundido com o Patrimônio da empresa. A desobediência

deste princípio pode afetar nos resultados, bem como comprometer a continuidade da empresa.

O Princípio da Continuidade tem como premissa que quando determinadas decisões forem tomadas, é necessário avaliá-las corretamente, para não comprometer a continuidade ou a existência da empresa. Quando uma empresa é constituída, geralmente não tem prazo para seu encerramento, a obediência deste princípio trata da orientação a uma boa gestão, para que não ocorram surpresas futuras com encerramento prematuro. Esta afirmativa está confirmada conforme a seguinte citação:

A continuidade ou não da entidade, bem como a vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas. Para a observância do princípio da continuidade, é indispensável a correta aplicação do princípio da competência, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e a formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração e resultado. (BRASIL, 1993).

O Princípio da Oportunidade é muito importante para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, uma vez que os registros devem ser efetuados de maneira correta e no devido período em que ocorreu, para que numa possível avaliação quantitativa e qualitativa a empresa não seja prejudicada por algum dado fornecido de forma errônea.

As informações financeiras, econômicas e patrimoniais apresentadas de forma errada, com falhas e referentes a período diverso do que elas corresponderem, acarretam prejuízos para a entidade, tendo em vista o comprometimento na qualidade e confiabilidade nos dados apresentados e, conseqüentemente, em decisões administrativas equivocadas.

O registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários. O registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da Entidade, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.(BRASIL, 1993).

Sobre o Princípio do Registro pelo Valor Original, entende-se que a observância deste princípio pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte mostrará a lisura no trato da contabilidade e a confiança pelas informações demonstradas. As normas contábeis estabelecem que:

Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos pelo valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da Entidade. (BRASIL, 1993).

Em relação ao Princípio da Competência, uma empresa que não tem um controle ou não observa a clareza das informações a serem prestadas aos usuários de que delas necessitam, compromete o critério de avaliação de suas demonstrações. Atentar para a correta observância deste princípio trará uma credibilidade ainda maior nas análises das demonstrações contábeis.

O Princípio da Competência está voltado para as contas de resultado. Determina que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

O Princípio da Competência determina quando as alterações do ativo ou no passivo no patrimônio resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais resultantes da observância do Princípio da Oportunidade. (BRASIL, 1993).

O Princípio da Prudência é observado para que seja efetuados a avaliação dos Ativos em valor menor e o Passivo com valores maiores para assim sempre evitar surpresas numa avaliação de mercado. Deve-se adotar comportamento conservador nas análises.

O Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e o maior para os componentes do Passivo, sempre que se apresentam alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. (BRASIL, 1993).

Adotando comportamento conservador e coerente, algumas informações e registros não serão superavaliadas e produzirão entendimento mais firmes e corretos. O princípio determina que é preciso cautela e precisão ao registrar modificações no patrimônio através dos registros efetuados.

3 AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SEUS ENQUADRAMENTOS NAS NORMAS E CARACTERÍSTICAS

A Lei Complementar 123/2006 prevê tratamento diferenciado entre as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, mediante o enquadramento distinto entre elas. A Microempresa é a sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, que obtenha faturamento anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00. As Empresas de Pequeno Porte são as com faturamento anual entre R\$ 360.000,00 a R\$ 3.600.000,00. Vale salientar que esse valor refere-se às receitas obtidas dentro do território nacional, porém ela não perde o enquadramento se for verificada receita adicional em até R\$ 3.600.000,00 provenientes de operações fora do país.

O ser humano tem o desejo de sempre estar criando e desenvolvendo projetos para sua vida e evidentemente que possa também atingir outras pessoas. Na sua inquietude e muito pela vontade de possuir uma melhor qualidade de vida, até porque, para suprir suas necessidades precisa criar meios para atendê-las. Alguns partem para o estudo e ter uma profissão, outros, porém, parte para formar o seu próprio negócio, onde assim projetam crescimento e a tão sonhada qualidade de vida.

O homem nasce, cresce, sente necessidades e procura de alguma forma satisfazê-la, à medida que surgem. Para satisfação dessas necessidades o homem é levado a desenvolver habilidade e aplicar esses conhecimentos no mercado de trabalho por meio de uma tarefa ou função, criando um negócio próprio. (KWASNICKA, 2006 p.294).

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foram ganhando muito espaço na economia do país e hoje é uma realidade que muito agrega na economia brasileira. São formadas por profissionais de qualquer área e por aqueles que de uma forma ou de outra saem do emprego e, com um sonho de ter seu próprio negócio, legalizam essa atividade e começam a agregar para o crescimento da sociedade em geral.

Conforme Ramos (2014), todo esse processo de crescimento surgiu no final dos anos setenta, precisamente em 1979 quando foi criado o Ministério da

Desburocratização, comandado pelo então ministro Hélio Beltrão. Esse Ministério criou facilidades para os pequenos comerciantes que tinham suas atividades sem registros. Um dos objetivos eram os ganhos que os vários incentivos proporcionavam, ao governo da época. Com isso os pequenos empresários em sua maioria deixou a clandestinidade e formalizaram-se, contribuindo com maior arrecadação dos tributos devidos e certamente criando mais oportunidade de comércio e emprego em decorrência dos incentivos fiscais.

Em 1984 surgiu a Lei 7.256/1984 que cria o Estatuto da Microempresa, um marco importante na época para a desburocratização. A partir daí surgiram benefícios aos pequenos empresários, aos quais não se tinham acessos. O autor Ramos (2014 p.792) esclarece que:

Foi então que surgiu no ano de 1984, o primeiro Estatuto da Microempresa (Lei 7.256/1984), que trazia para os microempresários alguns benefícios tributários, administrativos, trabalhistas, previdenciários, creditícios e desenvolvimento empresarial.

Outro importante marco histórico para as empresas de pequeno porte foi a edição da Lei 9.317/1996, que cria o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, que proporcionou aos pequenos empreendimentos o pagamento de tributos com único recolhimento.

Passados três anos seguindo orientações do Grupo do Mercado Comum-GMC, órgão decisório ligado ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL foi editada a Lei 9.841/99 que revogou as leis anteriores, permanecendo até o ano de 2006 com a edição da Lei 123/2006, chamada atualmente de Lei Geral das Microempresas ou Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

3.1 As Condições do Enquadramento Como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

A Lei Complementar 123/06, no art. 3º, prevê tratamento diferenciado entre as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte mediante o enquadramento distinto entre elas. Ainda de acordo a Secretaria da Micro e Pequena Empresa – SMPE(2014), outro critério a ser analisado refere-se ao quadro de funcionários dessas empresas, para as Microempresas no setor industrial o número de funcionário é de 1-10 e para o setor de comércio e serviços esse número

corresponde a 1- 5 funcionários já para as Empresas de Pequeno Porte esses dados diferenciam, para o setor industrial o número de funcionários é de 11-40 e para os setores de comércio e serviços de 6-30 colaboradores.

As empresas que já funcionavam como Microempresa antes da Lei Complementar 123/2006, como empresário individual ou de sociedade empresária, é necessário que se faça uma comunicação a Junta Comercial onde está sediada a entidade e que preencham os requisitos para o enquadramento como Microempresa - ME e Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - EPP.

Ainda conforme a Lei Complementar 123/2006, em seu artigo 3º, parágrafo 4º, não poderá ser beneficiada pelo tratamento jurídico as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que participem de capital de outras empresas, bem como se constituída em forma de cooperativa, exceto se de consumo.

Quanto ao recolhimento de tributos, a Lei Complementar 123/2006, em seu capítulo IV, artigo 12, institui o regime diferenciado de tributação, sendo o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional. Implica nesta instituição o recolhimento de tributos como: Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ, Contribuição Social sobre Lucro Líquido-CSLL, Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI, Programa de Integração Social-PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS, Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e a Contribuição Patronal Previdenciária.

3.2 As Características das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Segundo pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Empresas – SEBRAE, de 2011, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte estão concentradas na região Sudeste, com 51,5%, mas precisamente no Estado de São Paulo, com 30%, seguido pelos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os estados do Acre, Amapá e Roraima detém o menor número absoluto dessas empresas. (BRASIL, 2011).

Ainda baseado naquela pesquisa, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte estão distribuídas nos setores nas seguintes proporções: Construção Civil, com 2%; Serviços, com 19%; Indústria, com 20% e Comércio, com 59%.Tais

empresas proporcionam um aumento significativo de incremento da economia, gerando emprego e renda. (BRASIL, 2011).

As características mais específicas das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte são o baixo grau administrativo, uma vez que o proprietário é o gestor da empresa, muitas das vezes sem qualquer preparo.

Outro fator que caracteriza as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é o baixo custo de valor empregado para sua criação. Geralmente, nestes casos, o patrimônio do proprietário se confunde com o da empresa, devido a forma equivocada de condução da atividade, ferindo o Princípio da Entidade. A forma de contratação de pessoal também é exercida com certo grau de deficiência de qualidade, uma vez que, geralmente, contratam-se colaboradores sem muita experiência na atividade.

Os fatores relacionados acima e tantos outros comprometem a durabilidade da empresa, onde certamente elas foram criadas para terem tempo indeterminado conforme estabelece o Princípio da Continuidade. Devido a falta de preparo desses empreendedores, tais empresas são abertas com facilidade e com o despreparo de gestão. A consequência é que esses negócios têm vida curta, encerrando suas atividades em pouco tempo de atuação.

Outro aspecto influenciador nos negócios é a globalização, que proporciona acirrada concorrência de mercado e produz uma velocidade de informações e desenvolvimento que muitas das vezes não é acompanhada pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. O motivo maior dessa dificuldade de acompanhamento do desenvolvimento globalizado está na necessidade de alto investimento para atualizações dos mecanismos informatizados. Esses fatores dificultam o enfrentamento da concorrência, muitas das vezes contribuindo para o fechamento das entidades de menor porte.

Abordados os Princípios da Contabilidade e as características e enquadramentos legais da Microempresa e Empresas de Pequeno Porte, apresentam-se, no tópico seguinte, as relações entre os referidos princípios e tais modalidades de empreendimento.

4 OS PRINCÍPIOS DA CONTABILIDADE E AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, através da Lei 1.418/2012, que aprovou a Interpretação Técnica Geral 1.000 - ITG 1.000, possui o Modelo Contábil para Microempresa e Empresas de Pequeno Porte conforme assim interpretado deve efetuar sua escrituração, bem como as demonstrações contábeis e possui um Plano de Contas simplificado mediante as especificidades e naturezas das operações realizadas pela empresa.

Os benefícios gerados para essas empresas, que passam a apresentar escrituração contábil simplificada e demonstrações contábeis específicas, farão com que adquiram confiabilidade, reconhecimento e a valorização de patrimônio, tendo em vista que quando essas empresas forem necessitar de investimentos, essas demonstrações serão seguramente levadas em consideração para agregar ativos para a entidade.

Com a Lei 123/06, o governo pretende que empresários informais passem a ter melhores condições para enfrentar a grande concorrência de mercado. Mas um dos grandes problemas das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é que devido aos seus produtos terem tributação diferenciada das demais empresas, sentem a dificuldade de vendê-los para as empresas de grande porte, visto que os créditos de impostos que as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte geram é muito pequeno, este aspecto prejudica as negociações. Portanto, quanto mais esses microempresários se organizarem, maior a chance de enfrentar o mercado.

Outro fator que as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte devem providenciar é a implantação de rigoroso controle interno que, entre outras ações, estará fiscalizando a correta aplicação e atendimento aos Princípios da Contabilidade. Agindo dessa forma ajudará que as decisões a serem tomadas estejam fundamentadas em relatórios reais, produzidos pela contabilidade e pelo controle interno. Sobre este tema, o autor Attie (2011, p.191) esclarece que:

A importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto.

Portanto, é inevitável ter esses controles para não comprometer a continuidade da entidade. A falta de tais controles pode afetar o caixa das operações de compras e vendas de mercadorias gerando, com isso, comprometimento no quadro funcional, tendo em vista que, não havendo registros de todas as movimentações, os controles ficam a desejar e certamente irá complicar nas execuções de tarefas importantes para a entidade.

Atender adequadamente aos Princípios da Contabilidade, como forma de salvaguardar o patrimônio da entidade e também dos sócios, resulta na boa qualidade administrativa e técnica, produzindo um bom gerenciamento. A empresa se torna mais competitiva diante da sua organização gerencial e assim pode enfrentar as dificuldades e desafios desse cenário de grande concorrência, que é o mercado atual. Neste contexto é importante enfatizar que:

O momento atual caracteriza-se com uma intensidade de mudanças significativas como o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade a complexidade do ambiente econômico e a globalização, colocando as empresas diante de novos desafios. (CREPALDI, 2011, p.15).

O mundo globalizado exige frequentes atualizações para todas as empresas, e mais ainda das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por conta da pouca falta de estrutura e elevada carga tributária exercida em nosso País. Tais fatores exigem que o pequeno empresário tenha habilidades para conduzir as atividades da empresa, procurando saídas para driblar os problemas que surgem e resolvendo, com rapidez, as questões essenciais das operações, sem sofrer grandes prejuízos.

Investimentos em tecnologias ajudam ao pequeno empresário a conduzir sua organização com mais propriedade facilitando, na maioria das vezes, a tomada de decisão acertada. Foi comprovado, através de estudos, que as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por serem administradas por seus próprios sócios sem formação técnica qualificada, em muitos casos levam as empresas a terem dificuldades de gestão. A consequência, por vezes, é a falência por falta de um planejamento adequado, visto a tomada de decisão inadequada.

Portanto, um bom gerenciamento através de acompanhamento de relatórios contábeis quanto à entrada e saída de mercadorias e um controle dos custos e despesas fazem com que as empresas tenham maior controle de suas

atividades mensalmente. O controle evita problemas de falta de recursos para investimentos e, conseqüentemente, o encerramento de suas atividades.

Em um mercado de trabalho agressivo e globalizado é necessário que as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte tenham gerenciamento adequado para enfrentar as oscilações pertinentes a sua atividade comercial ou industrial. É necessário que sejam construídos meios para driblar tais momentos de dificuldades, com criatividade e competência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, nesse trabalho, mostrar a necessidade das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte agregar valores na qualidade de sua gestão, utilizando-se, para isso, a Contabilidade e identificar nos Princípios da Contabilidade uma maneira para que a empresa possa ter seus registros efetuados corretamente, criando um ambiente de realidade, segurança e credibilidade junto aos usuários internos e externos.

Pelo fato das dificuldades relacionadas à concorrência com as grandes empresas, à globalização, à informatização atualizada, às boas informações para a tomada de decisões, à falta de planejamento adequado, ao baixo custo de valor empregado na sua constituição, às especificidades tributárias e a pouca experiência dos proprietários é importante para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte observar a obediência aos Princípios de Contabilidade, que favorecem segurança das informações sobre o patrimônio, oportunizando a continuidade dos negócios.

Afirma-se que a obediência aos ditames que balizam a conduta de produções de informações sobre o patrimônio das empresas, com elaborações de demonstrações contábeis confiáveis é fundamental para a boa gestão. Este aspecto proporciona uma visão geral da situação da entidade, tanto para sua análise de investimentos bem como proporcionar aos usuários externos a visão de comportamento da empresa com a manutenção da sua continuidade.

Sabe-se que essas empresas são fontes geradoras de emprego e renda bem como de crescimento de riquezas para o país, sendo primordiais para a continuidade das atividades as aplicações corretas dos Princípios da Contabilidade. Este estudo demonstra que aplicando tais princípios de forma correta, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte podem encontrar, no mercado competitivo e globalizado, confiabilidade e segurança por parte dos investidores e usuários externos.

Demonstrou-se que a falta de observância dos Princípios da Contabilidade compromete a continuidade normal dos negócios das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Observou-se que são importantes as realizações de

ações que garantam a manutenção da existência dessas empresas, para que possam, sempre, estar contribuindo para o desenvolvimento de atividades essenciais para a comunidade em geral.

Grande parte das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte fecha as portas por razões relacionadas à má gestão, inexperiências quanto ao mercado e a produtos que venham a comercializar, produzir ou prestar os serviços de forma adequada. Neste contexto, a contabilidade, por meio dos seus princípios, oferece condições para uma gestão eficaz, que proteja o patrimônio e a manutenção dos negócios no mercado competitivo globalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. São Paulo: Atlas, 6ª Edição, 2011.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº. 750/93: Princípios Fundamentais da Contabilidade**. 1993. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750. Acesso em 02.03.2016.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº. 774/94: Princípios Fundamentais da Contabilidade**. 1993. Disponível em: http://www.crc.org.br/legislacao/princ_fundamentais/pdf/princ_fundamentais_rescfc774.pdf. Acesso em 21.11.2016.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº. 1.418/12: ITG 1000 - Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao_cfc_1418_2012.htm. Acesso em 12.08.2016.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em 02.03.2016.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 7.256**, de 27 de novembro de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7256.htm. Acesso em 02.09.2016.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.317**, de 05 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9317.htm. Acesso em 07.08.2016.

BRASIL. Serviço Brasileiro de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Empresas – SEBRAE. Núcleo de Estudos e Pesquisas. **As Pequenas Empresas do Simples Nacional**. 2011. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Aspequenas_empresas_SN.pdf. Acesso em 02.03.2016.

BRASIL. Serviço Brasileiro de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Empresas – SEBRAE. Núcleo de Estudos e Pesquisas. **Participação das Micros e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. 2014. Disponível: <file:///C:/Users/Servidor/Downloads/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em 22.11.2016

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática**, São Paulo: Atlas- 5ª Edição, 2011.

KWASNICKA, Eunice Laçava. **Introdução à Administração**, São Paulo: Atlas. 6ª Edição, 2006.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Manual de Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 6ª Edição, 2012.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito Empresarial Esquematizado**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Método, 2014.

BRASIL. Secretaria da Micro e Pequena Empresa – SMPE. **Tratamento Diferenciado às Micro e Pequena Empresa: Legislação para Estados e Municípios**. 2014. Disponível: http://www.smpe.gov.br/assuntos/cartilha_tratamentodiferenciado_mpe.pdf. Acesso em 25.11.2016

ABSTRACT

Microenterprises and small businesses are important to the economy. One of the challenges to be faced in the business of these companies is the implementation of sound management. Competition with large firms, globalization, computerization updated, good information for decision making, lack of proper planning, tax specificities, the low-cost employee value in its Constitution and the lack of experience of the owners are the main difficulties of the micro and small enterprises. The issue of this study is based on the need of these companies act as the principles of accounting, as a tool for sound management of business. The general objective of this work is to address about compliance with the principles of accounting, on the part of the micro and small enterprises, as auxiliary tool for effective management. The specific objectives are: expound upon the principles of accounting; present the characteristics and conditions for the company be framed as small business; approach on the accounting principles observances by micro and small enterprises. Meet these principles provides reliability of business reports and better development of the entity. Accurate management reports are instruments for correct decisionmaking. The studies showed the need of micro and small enterprises to produce reliable information to be analyzed by the internal users as well as external, enabling the increase of financial resources and the increase of clientele. To the

achievement of these results is essential to meet, in full, to the principles of accounting.

Keywords: small businesses. Accounting Principles. Management.